

ados pelo Chefe do Poder Executivo de Iitororó tão acintosamente que os Vereadores encaminharam, também, representação junto à Procuradoria da Justiça Federal em Ilhéus, Bahia, requerendo a instauração de inquérito, bem como uma auditoria para a apuração da corrupção praticada pelo Prefeito, que chegou ao descabro de coagir servidores, através de ameaças físicas e psicológicas, a colaborarem nas fraudes daquela gestão.

Assim, como representante da Bahia, denuncio, mais uma vez, a ação deletéria do Sr. Edineu Oliveira dos Santos, acobertada pelo Deputado Eujácio Simões, que insiste em manter uma cortina de fumaça, na tentativa de encobrir os atos espúrios da administração do Prefeito de Iitororó, agindo, portanto, como cúmplice de uma Prefeitura que, todos sabem, é movida pela corrupção.

Não podemos mais fraudar e frustrar as expectativas do clamor de nossa gente. Temos que defender a qualquer preço e contra quem quer que seja os interesses públicos, pois a democracia só deixa de ser uma abstração quando as classes dirigentes respeitam os clamores populares em defesa da justiça, que consagra verdadeiramente os direitos humanos.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, a leitura atenta da pesquisa recém-publicada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sob o título “Síntese dos Indicadores Sociais 1998”, permite ilações e convida a reflexões às quais não nos podemos furtar. O trabalho do instituto é exaustivo e valioso, se bem que não definitivo. Isto por conta das consabidas dificuldades de ordem cultural junto aos entrevistados, que os pesquisadores tiveram de enfrentar, sobretudo em determinados espaços geográficos do Brasil, de par com os também conhecidos problemas de acesso a informações que possam resultar em dados socioeconômicos rigorosamente mensuráveis e tabuláveis. Tais obstáculos, entretanto, embora relativizem algumas conclusões, longe estão de sequer remotamente obviar a configuração de um cenário cujas tintas refletem, em boa medida, a realidade brasileira atual.

Esse elenco de informações sociais e demográficas, Sr. Presidente, já foi objeto de diversos comentários, análises e interpretações em sessões desta Casa, o que certifica o interesse dos seus ilustres componentes nos destinos do País. E é altamente positivo que assim tenha sido e venha a ser, pois não nos deve ser facultado silenciar diante dos fatos trazidos à evidência pelo documento em apreço. Trata-se de oportunidade que nos está sendo ensejada de de-

bruçar sobre o presente contexto socioeconômico nacional, assim captando melhor os sinais que ele emite e as diretivas de ação que ele nos propõe.

Nossa intenção mais específica, porém, neste pronunciamento, é contextualizar os índices levantados dentro da moldura inter-regional, ou, mais enfaticamente, da posição ocupada pelo Nordeste Brasileiro no panorama do País como um todo, o que remete também ao eventual cotejamento com algumas outras áreas do globo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Deputados, torna-se compulsória a conclusão de que os tão propalados desequilíbrios inter-regionais, considerados em sua ampla dimensão e em alguns dos seus aspectos mais elementares, continuam a desafiar-nos com sua contundência, independentemente das nossas origens e da nossa definição estadual neste Parlamento. É que mais do que nunca se impõe a premissa, revigorada no estudo em pauta, de que as profundas diferenças que separam os diversos espaços macrorregionais do Brasil não constituem um problema a ser enfrentado em âmbito regional. Ao contrário, projetam-se como uma responsabilidade de todos os brasileiros e particularmente aos que aqui os representam, eleitos que foram pela sua vontade soberana.

Seria exaustivo reproduzir mais uma vez desta tribuna os indicadores apurados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, confrontando-os em seus complexos geográficos. Praticamente todos eles apontam para aquelas discrepâncias, sobretudo quando se estabelece a interface entre o Nordeste, o Sul e o Sudeste. Seja-nos permitido, todavia, para melhor ilustrar o ponto essencial que pretendemos ressaltar na etapa conclusiva deste pronunciamento, o repasse dos três componentes do Índice do Desenvolvimento Humano – IDH, critério universalmente adotado para aferição de estágios ou patamares em que se situam determinados grupos populacionais. Estes três aspectos são consubstanciados nos indicadores relativos à expectativa de vida, ao grau de escolaridade e à renda *per capita* da população, dos quais o IDH constitui uma média simples que varia em uma escala de zero a um.

Vejamos como se explicam esses componentes da realidade brasileira, com enfoque mais metódico nas três macrorregiões aludidas.

No capítulo da expectativa de vida, também conhecido como “Esperança de Vida ao Nascer”, temos que, em 1997, ela se situava, para os brasileiros de ambos os sexos, em 67,8 anos, índice este que se elevava para 69 anos no sudoeste e para 70,4 no sul. (Apenas a título ilustrativo, mencione-se que a média

da Região Norte era semelhante à do Brasil como um todo, enquanto a do Centro-Oeste situava-se na casa dos 68,8 anos.)

Quanto ao Nordeste, esse índice caía para 64,8, isto é, exatos três anos abaixo do conjunto nacional, mais de quatro anos em relação ao Sudeste e nada menos de cinco anos e meio em referência à Região Sul.

Consideremos o segundo item do IDH, como seja o grau de escolaridade. Também aqui se confirma que a região nordestina ostenta as piores estatísticas sociais do País, ainda em grau mais agudizado.

Assim é que a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, era de 14,5%, incluindo as populações rurais e urbanas. No Sudeste, esse índice era de 8,6%, sendo ainda menos no Sul, 8,3%. (Novamente para efeito ilustrativo: essas taxas eram de 12,4% no Centro-Oeste e de 12,7% no Norte, embora aqui não tenha sido computado o contingente rural.)

E o Nordeste? De acordo com o IBGE, nada menos do que 29,4% das pessoas naquela faixa etária, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, estavam incapacitadas de ler e escrever. Tem-se aí uma distância, em relação ao Sudeste e ao Sul, de absurdos 21 pontos percentuais.

Por último, consideremos as médias de renda familiar **per capita** aferidos pelo IBGE entre os grupos sociodemográficos.

Com efeito, no Brasil de 1997, das famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade, tinha-se que 31,8% delas sobreviviam com uma renda de até meio salário mínimo por pessoa. No Sudeste, elas somavam 18,9%, enquanto no Sul havia 22,5% na mesma situação. No Nordeste, esse índice alcançava 54,9%. No topo da pirâmide etária, 40,7% dos brasileiros com 60 anos ou mais apresentavam rendimento mensal familiar de até um salário mínimo. No Sudeste, tal percentual caía para 28,1%, situando-se em 34,1% no Sul. No Nordeste, essa percentagem superava a casa dos 63%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não parece necessário nos alongarmos neste e em outros registros para caracterizar o que já é do conhecimento geral, mas que se torna ainda mais explícito e, sem dúvida, lastimável e preocupante ante a frieza dos dados numéricos contidos na publicação do IBGE: o fenômeno das distorções inter-regionais persiste no Brasil. E, nas dobras desse fenômeno, o desfavorecimento a que se encontra submetido o Nordeste assume proporções cada vez mais dramáticas.

É verdade que outras lições, decerto positivas, podem ser extraídas do cenário desenhado pelo

IBGE. Basta para tanto nos determos, a partir de ângulos menos rigorosos, nas transformações sociais e econômicas verificadas na região a partir dos anos 80, transformações essas que se refletem no estudo em apreço.

Observaríamos então que houve, sem dúvida, significativa mudança para melhor, em âmbito regional, em todos os indicadores ali computados. Em visão até mais ampla, confirmaríamos que, com efeito, nos dois últimos decênios, o desempenho da economia nordestina, em não poucas oportunidades, foi mais positivo do que a **performance** brasileira como um todo. Em alguns setores – ou subsectores –, o salto empreendido pelo Nordeste, no sentido da aceleração do seu processo de desenvolvimento, foi mais impetuoso do que o registrado nas regiões de maior vitalidade socioeconômica.

Essa perspectiva benigna – embora não benevolente – merece ser aqui não apenas mencionada, mas também ressaltada e enfatizada, a fim de que se visualizem os fochos de luz que incidem sobre uma moldura indiscutivelmente sombria. Seria injusto, até mesmo incorreto e, no limite, falacioso, não fazer esse reconhecimento.

O Nordeste avançou, sim. Os indicadores sociais que ainda nos envergonham já nos envergonharam mais dolorosamente. O Nordeste tem mostrado sua viabilidade, tem demonstrado ser possível transformar sua potencialidade em factualidade.

A questão fundamental é que não nos podemos conformar com essa evolução, que se manifesta escassa e por vezes meramente pontual, passando ao largo da sua essencialidade. Não podemos aceitar a persistência de tantas disfunções sociais. Não nos podemos calar ante a manutenção de um quadro de carências que já deveria ter sido modificado a partir de suas raízes substanciais, estancando o fluxo perverso da pobreza, da indigência, da miséria, da fome, e, sobretudo, da falta de maiores perspectivas de superação, em prazo adequado, dessas anomalias.

O cenário que nos está sendo apresentado, com as tintas impiedosas das mensurações estatísticas, leva a clamar por intervenção mais efetiva, eficaz e eficiente, da parte dos agentes públicos e privados, o que vale dizer de toda a sociedade. Caso contrário, os dados básicos do problema não serão revertidos. Destarte, não somente continuaremos a amargar os índices de atraso e precariedades sociais de toda ordem hoje prevalecentes, como se aprofundará ainda mais o tão falado “abismo” que nos separa de regiões que conosco compõem o mosaico brasileiro; mosaico que, até para consolidar-se num mundo de tão ferre-

nha competição, dispensa dissimetrias e borrões que o fragilizam e descolorem.

São essas as peças fundamentais da questão, que podem ser sistematicamente dispostas da seguinte maneira: o desenvolvimento do Nordeste, embora venha sendo significativo a ponto de avalizar seu alto grau de potencialidade, ainda observa ritmo e densidade insuficientes; o drama social do Nordeste perdura, conquanto atenuado por respeitáveis avanços em determinados aspectos; a estrutura econômica da região, posto se haja fortalecido em vários setores, ainda padece de males que a desgastam e lhe subtraem competitividade à altura dos tempos modernos; o processo de revitalização dessa economia, não obstante haver exibido índices de crescimento contínuo até superiores aos do Brasil tomado em seu conjunto, apresenta estagnação e mesmo queda em alguns dos seus alicerces; tais índices evolutivos não têm apresentado a seqüência e a conseqüência requeridas para amenizar e muito menos cobrir o fosso que distancia a região de suas congêneres, aí incluídas, do ponto de vista social, as menos economicamente dinâmicas; os indicadores estatísticos que servem de parâmetros à qualidade de vida equiparam o Nordeste a vários dos países mais deprimidos do mundo; esta situação é em muito contraditória ao que sucede com o Sul e o Sudeste, e mesmo ao Brasil em sua totalidade, cujo IDH, conforme o comprova o IBGE, quase se ombreia com o de nações como a Argentina, o México, Portugal e a Tailândia, superando países como a China, Cuba, a Rússia, a Índia, a Indonésia e a Nicarágua, o qual, a propósito, mais ou menos se nivela ao Nordeste, a exemplo do que sucede com a Bolívia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, de todo o exposto, uma conclusão transparente se pode colher: a política do Governo brasileiro em relação ao Nordeste ainda não tem estado à altura das demandas da região, na sua longa e penosa luta por desvencilhar-se das travas do subdesenvolvimento. Excessivas marchas e contramarchas, fluxos e contrafluxos, avanços e recuos, impulsos e freios têm permeado esse processo, que padece de intermitência e irregularidade.

O Nordeste, para alçar-se em definitivo e sem esmorecimento e interrupções ao padrão socioeconômico que lhe cabe na textura nacional, está a requerer, quando nada, a observância do tratamento diferencial que lhe é assegurado até mesmo pela Carta Magna, à luz do princípio basilar da integração nacional.

E é aqui, Sr. Presidente, sob a égide do conceito de integração nacional, de par com o preceito consti-

tucional de superação dos hiatos que tão negativamente separam os diversos espaços geoeconômicos brasileiros, que mais uma vez cabe enfatizar: o problema nordestino não se circunscreve ao âmbito regional. O Nordeste é não apenas parte integrante do País, mas também uma vasta área de mais de 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados, ocupada por mais de 40 dos 160 milhões de brasileiros. É região de imensa costa litorânea de importância geopolítica e psicossocial da maior relevância, que se espalha no coração do nosso território, desde o Atlântico ao Centro-Oeste, desde a pré-Amazônia aos altiplanos das Minas Gerais.

Nela se incluem nada menos do que 9 dos 26 estados componentes da nossa Federação, os quais apresentam traços característicos que, embora os diferenciem intra-regionalmente, se interligam indissociavelmente pelo seu elevado grau de carências sociais e de escasso desempenho econômico, quando confrontados com o dinamismo e a pujança prevalentes em outros contextos fisiográficos do Brasil.

Seria, dessa forma, não somente inadequado – porque sobretudo entrópico e até mesmo autofágico – isolar o problema nordestino, cingindo-o à dimensão estritamente regional. Isto porque – enfatize-se mais uma vez, sem temor à saturação – o drama do subdesenvolvimento nordestino vai refletir-se e desbordar seus efeitos em todas as outras macrorregiões brasileiras, e especialmente, num processo dialético que se diria contraditoriamente perverso, naquelas mais prósperas e abastadas.

É exercício elementar de lógica apreender a realidade de que, sendo o Brasil um país uno e indivisível, que busca, de forma orgânica e consistente, os caminhos definitivos do seu progresso e da sua afirmação no concerto das nações modernas, nele não podem coexistir tamanhas desproporções de renda e riqueza. Essa meta desenvolvimentista jamais será alcançada à custa da hemiplegia do nosso processo de crescimento. Não se pode cogitar de prosperidade e padrão aceitável de cidadania em meio a tantas distorções e divergências, que podem inclusive gerar, como perigosamente já se vislumbra, um quadro psíquico de rancor e preconceito dentro das nossas próprias fronteiras. Se este é um fenômeno lastimavelmente detectável, nos dias correntes, entre diferentes nações, etnias e culturas no plano internacional, mais lastimável ainda – porque inaceitável e até inconcebível – seria sua ocorrência no plano nacional.

Quando afirmamos que a problemática nordestina vai projetar seus efeitos nocivos em todo o País, não estamos recorrendo a um jogo de retórica políti-

ca. Basta se lance a vista à questão do êxodo regional, particularmente no sentido centro-sul, que é um dos mais recorrentes e renitentes fenômenos da realidade brasileira deste século, responsável pelo aguçamento desse painel de desproporções. Com a debandada de braços e cérebros da região mais pobre em busca de melhores oportunidades de vida nas áreas mais ricas, ambas as partes são prejudicadas: a mais pobre porque se torna ainda mais desfaçada dos seus recursos humanos; e as mais ricas porque, mesmo favorecendo-se com essa mão-de-obra, tanto a disposta a exercer quaisquer tipos de atividades sob quaisquer condições, quanto a mais altamente qualificada, terminam por ver agravar-se seu quadro de pressões e tensões sociais. Como abrigar tantos migrantes? Como supri-los com serviços de estrutura básica? Como fazê-los integrar-se a uma ambiência para a qual ainda não estão ajustados culturalmente? Como impedir que se estabeleçam guetos de exilados em sua própria nação, saudosos de sua origem e extirpados de suas raízes, na luta desesperada pela adaptação na sua nova realidade?

De sua parte, a região que deixaram para trás e à qual muitos sonham um dia voltar, esvazia-se e deprime-se com sua ausência. Ao estabelecer-se essa cruel dicotomia, que seria saudável em termos de integração nacional se o processo fosse informado por mútuo e enriquecedor intercâmbio, o que se tem como produto final é, sem qualquer concessão ao exagero, o desenho da inviabilidade do projeto nacional de desenvolvimento integrado, objetivo que todos os brasileiros conscientes e comprometidos defendem e almejam.

E é isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não podemos aceitar, porque esse risco é absolutamente superável. Esse quadro sombrio é plenamente reversível. Esse futuro inaceitável é nitidamente evitável.

Basta que se cumpram as promessas, que se honrem os compromissos, que se respeitem as linhas mestras do pacto federativo. Em outras palavras: basta que se conceda ao Nordeste, em moldes concretos e efetivos, o tratamento diferencial que possa alçá-lo ao **status** que lhe cabe no conjunto brasileiro, e que tem sido alardeado, ao longo das décadas, como peça fundamental e prioritária de todos os Governos Centrais.

O Nordeste não mais aceita que lhe sejam negados os instrumentos da sua prosperidade, instrumentos estes de que ele não dispõe isoladamente, pela dependência em relação a Brasília, como de resto acontece com todas as regiões, estados e municípios brasileiros.

O Nordeste está cansado de discursos e projetos que se exaurem no vazio das palavras e nos simples limites das boas intenções. Ele exige decisão política eficaz, recursos financeiros e técnicos diferenciados para tocar seus planos de saúde, educação, infra-estrutura viária, habitação, obras hídricas essenciais à irrigação, à produção e produtividade agrícola, à alimentação do seu povo, ao incremento da sua base industrial, ao aperfeiçoamento do seu lastro tecnológico, à otimização das suas dotações locais, históricas, culturais, artísticas, turísticas, à ampliação dos seus pólos referenciais no plano da Medicina, do manejo racional do semi-árido, da exploração das riquezas latentes no seu subsolo e na sua plataforma marítima.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ensejo desta virada de milênio, que coincide com a comemoração dos cinco séculos de existência desta antiga colônia que hoje se afirma como um dos maiores países do globo, talvez nos esteja sendo concedida a última oportunidade de solucionar, efetiva e definitivamente, o problema do Nordeste.

Não se trata, essa afirmação, de recurso retórico ou de afetação simbólica. Colocando a questão em termos objetivos: o Nordeste está a exaurir-se talvez de forma irreversível, com sua defasagem no panorama nacional constituindo-se em um caminho sem volta. Cada obra interrompida; cada projeto adiado; cada promessa descumprida; cada subtração de recursos; cada desconsideração à sua singularidade; cada desrespeito às suas premências mais dramáticas poderá esvaziar ainda mais a região, agravando os índices que o IBGE vem mais uma vez confirmar. Se isto vier a suceder, o Brasil todo, e repita-se para enfatizar, sobretudo suas áreas mais afluentes, pagarão preço incalculável por essa indiferença e passividade.

O que é mais grave ainda do que a manutenção do atual estado de discrepâncias inter-regionais é o seu aguçamento neste mundo globalizado. O raciocínio é irrepreensível: quando, no umbral de um novo século, mais acirrada se apresenta a competição entre países e blocos de países que aglutinam forças para não ficarem a reboque do desenvolvimento, a tendência das áreas fragilizadas, no interior desses conjuntos, será fragilizar-se ainda mais, à míngua de oxigênio para sobreviver com o mínimo de dignidade. E é isto que não podemos permitir venha a acontecer ao Nordeste.

Daí a nossa convocação, desta privilegiada tribuna, a todos os brasileiros de bom senso, para que se engajem na cruzada da dignificação nordestina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 15 de dezembro vindouro, a Sudene estará completando 40 anos de expectativas, sonhos, frustrações e marcas das realizações. O chamado "parlamento regional", "o lugar geométrico do diálogo", é bem um paradigma do que tem sido a política federal para com o Nordeste: grandes frustrações e não menores realizações.

Não há mais tempo a perder. As experiências vividas no sofrimento e na adversidade, as construções e as perdas, a obstinada vontade de vencer exigem que todos os brasileiros e os seus governantes ouçam o grito do Nordeste e se unam àqueles que por seu trabalho, inteligência e patriotismo tanto contribuíram e contribuem para o engrandecimento do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, no início desta semana, durante as reuniões do mandato realizadas no oeste do Estado da Bahia, foi-me entregue um "dossiê" elaborado com o testemunho de 26 professores demitidos irregularmente pelo Prefeito do Município de Jânio Quadros. Este documento, repleto de depoimentos embargados por revolta e indignação contra a malícia e a má-fé do Prefeito de Jânio Quadros, o Sr. Hermes Bonfim, é acima de tudo um retrato. É uma reprodução e uma síntese da barbárie a que muitos governantes deste Brasil, a começar pelo Presidente da República, têm submetido os professores do nosso País.

Aprovados em concurso público realizado em janeiro de 1998, mais de vinte professores foram contratados precariamente, sem que jamais tenha havido nenhuma forma de registro escrito dessas contratações. As irregularidades começam pelo edital que publicou uma remuneração, já indigna para tal responsabilidade, de 180 reais por vinte horas/aula, sendo que os professores recebiam apenas 160 reais como pagamento. A partir do mês de setembro, este salário, de onde era ainda descontado mais 25 reais para a seguridade social, passou a ser pago pela metade; e se tal redução não fosse aceita, nada receberiam pelas aulas ministradas na Prefeitura.

Além destas vergonhosas e mesquinhas práticas, o Governo Municipal ainda submeteu os professores a exigências que resultariam na desistência dos direitos trabalhistas desses professores, sob pena de demissão sumária no caso da não-aceitação daquelas exigências.

No final de setembro de 1998, o Prefeito de Jânio Quadros passou a caluniar todos esses professores, acusando-os, para justificar a injustificável demis-

são dos mesmos, de terem furtado livros didáticos. E mesmo depois de demitir os professores, o Prefeito Hermes Bonfim conseguiu descer ainda mais baixo. Alegou abandono de serviço, como se não tivesse obrigado os professores a abandonar o serviço por meio da sumária e ilegal demissão.

Outros fatos igualmente revoltantes estão pormenorizados no dossiê dos professores do Município de Jânio Quadros. Município este que, por ironia do destino, tem a alcunha de um ex-Presidente brasileiro cuja profissão também era a de professor. E me pergunto até quando o nosso atual Presidente, que um dia também foi professor, vai admitir que os nossos professores sejam tratados como cidadãos de segunda categoria, permitindo que toda forma de abuso seja cometida contra essa categoria que deveria ser a mais respeitada pela Nação. Pois é ela a única capaz de provocar as transformações de que o País precisa para alcançar a justiça social. E elas nascem indiscutivelmente na educação do nosso povo.

Para finalizar este pronunciamento, destacaria um parágrafo da "Introdução" do dossiê dos professores de Jânio Quadros, que é o diagnóstico mais verdadeiro acerca da falta dignidade dos governantes que insistem em atrasar o desenvolvimento do Brasil como forma de sustentarem os seus privilégios pessoais:

Devemos lembrar que um governo que usa a violência para se manter não possui mais a legitimidade perante os seus governados, é portanto ameaçado constantemente pelos formadores de opinião. Como o local de ação desses formadores de opinião é sobretudo a escola, essas vão sendo constantemente fragilizadas através de repressões e ameaças. São perseguidas as aulas de cunho político-social e filosófico em detrimento de aulas que alimentem um espírito pacífico (apático); a preparação acadêmica passa a visar meramente a formação de mão-de-obra qualificada; as instituições de ensino público são sucateadas e os professores são submetidos a regimes ditatoriais.

Não há dúvida de que estas palavras sintetizam a tragédia da Nação brasileira, que, cercada pelas potências tecnológicas mundiais, agoniza sob a égide de governantes comprometidos com a destruição da nossa capacidade de transformação do povo por meio da educação. Enquanto isso, nossos bancos públicos, depositários infieis das economias da Nação, subsidiam a compra de nosso patrimônio estratégico pelos nossos inimigos comerciais. E entregam a saú-